GeoNordeste

https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste
ISSN: 2318-2695

Recebido em 16 de maio de 2024
Aprovado em 14 de maio de 2025

DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO QUILOMBO SERRADINHA, FÁTIMA (BA)

DISMANTLING PUBLIC POLICIES AND FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN QUILOMBO SERRADINHA, FÁTIMA (BA)

DESMANTELAMIENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN QUILOMBO SERRADINHA, FÁTIMA (BA)

DOI 10.33360/geonordeste.v36i.21068

Leomarcos Reis Almeida
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
leomarcos.almeida@gmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho
Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe e Doutor em Geografia
eramosfilho@gmail.com

RESUMO
O processo de desmonte das políticas públicas se contextualiza a partir de uma agenda autoritária implantada no país desde 2016. A chegada da pandemia ao Brasil impôs uma série de medidas restritivas que resultaram no aprofundamento da crise econômica e social. Como parte do processo de priorização da agricultura capitalista, promoveu-se o desmonte de um conjunto de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura camponesa. Por consequência, os camponeses foram particularmente atingidos pela pandemia, estando entre os grupos sociais em que a insegurança alimentar e nutricional se faz mais presente, atingindo 25,6% dos agricultores em 2021. Desse modo, o presente artigo pretende explorar o avanço da insegurança alimentar e nutricional nos territórios camponeses no contexto de desmonte das políticas públicas, investigando a sua incidência entre os camponeses do Quilombo Serradinha, localizado no município de Fátima, Bahia. Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com aplicação de questionários socioeconômicos e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Os resultados apontam que diversos fatores contribuíram para produzir um quadro social de elevada insegurança alimentar entre os camponeses dessa comunidade, com 80% das famílias enfrentando algum grau de insegurança alimentar, sendo 10% em situação grave.
Palavras-chave: Políticas Públicas; Insegurança Alimentar; Agronegócio; Neoliberalismo.

ABSTRACT
The process of dismantling public policies is contextualized based on an authoritarian agenda implemented in the country since 2016. The arrival of the pandemic in Brazil imposed a series of restrictive measures that resulted in the deepening of the economic and social crisis. As part of the process of prioritizing capitalist agriculture, the dismantling of a set of public policies aimed at strengthening peasant agriculture was promoted. As a result, peasants were particularly affected by the pandemic, being among the social groups in which food and nutritional insecurity is most present, affecting 25.6% of farmers in 2021. Thus, this article aims to explore the advance of food and nutritional insecurity in peasant territories in the context of the dismantling of public policies, investigating its incidence among peasants from Quilombo Serradinha, located in the municipality of Fátima, Bahia. To this end, we used as methodological procedures a bibliographic review, documentary research, and field research, with the application of socioeconomic questionnaires and the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA). The results indicate that several factors contributed to producing a social situation of high food insecurity among the peasants in this community, with 80% of families facing some degree of food insecurity, 10% of which are in a serious situation.
Keywords: Public Policies; Food Insecurity; Agribusiness; Neoliberalism.

RESUMEN
El proceso de desmantelamiento de las políticas públicas se contextualiza a partir de una agenda autoritaria implementada en el país desde 2016. La llegada de la pandemia a Brasil impuso una serie de medidas restrictivas que resultaron en la profundización de la crisis económica y social. Como parte del proceso de priorización de la agricultura capitalista, se impulsó el desmantelamiento de un conjunto de políticas públicas orientadas al fortalecimiento de la agricultura campesina. En consecuencia, los campesinos se vieron particularmente afectados por la pandemia, estando entre los grupos sociales en los que la inseguridad alimentaria y nutricional está más presente, afectando al 25,6% de los agricultores en 2021. Así, este artículo tiene como objetivo explorar el avance de la inseguridad alimentaria y nutricional en los territorios campesinos en el contexto del desmantelamiento de las políticas públicas, investigando su incidencia entre los campesinos del Quilombo Serradinha, ubicado en el municipio de Fátima, Bahía. Para ello, se utilizaron como procedimientos metodológicos la revisión bibliográfica, la investigación documental y la investigación de campo, con la aplicación de cuestionarios socioeconómicos y la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria (EBIA). Los resultados indican que varios factores contribuyeron a producir una situación social de alta inseguridad alimentaria entre los campesinos de esta comunidad, ya que el 80% de las familias enfrentan algún grado de inseguridad alimentaria, de las cuales el 10% se encuentran en situación grave.
Palabras clave: Políticas públicas; Inseguridad alimentaria; Agronegocios; Neoliberalismo

1. INTRODUÇÃO

No auge da pandemia da COVID-19 em 2021, as "filas do osso"[1] denunciavam um cenário de profunda crise no país. A crise política e econômica atingiu duramente os mais pobres, resultando no aumento do desemprego, da inflação, no corte de direitos e no desmonte de políticas públicas, com a fome afetando mais de 33 milhões de brasileiros.

Os retrocessos sociais observados no Brasil devem ser contextualizados a partir de um conjunto de fatores que se somaram para produzir um cenário de desalento social para amplas camadas da população, especialmente os trabalhadores mais precarizados. A análise dessa conjuntura tem como marco histórico o segundo mandato da presidenta Dilma Roussef, momento em que o país, no contexto da crise econômica, adotou medidas de austeridade fiscal. A crise econômica escalou para uma profunda crise política, resultando no golpe parlamentar que destituiu a presidenta em agosto de 2016, dando início a uma agenda autoritária.

Em seguida, assumiu a Presidência da República, o então Vice-Presidente Michel Temer, aprofundando a política de austeridade fiscal, inclusive com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional do Teto de Gastos[2], comprometendo as despesas com políticas sociais. Ao mesmo tempo, o governo passou a privilegiar os investimentos no agronegócio, seja via transferência de mais recursos ou afrouxando a legislação ambiental e de estrangeirização de terras, possibilitando que o capital estrangeiro pudesse se apoderar de grandes extensões do território brasileiro. Nesse seguimento, a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência representou a continuidade e o aprofundamento dessa política neoliberal e autoritária.

[1] Em meados de 2021, chamou a atenção do país as filas que se formaram para receber doações de ossos em um açougue de Cuiabá – MT, resultado do crescimento da fome em razão da crise, agravada com a pandemia.
[2] Aprovada no dia 13 de dezembro de 2016, a PEC 55 passa a vigorar em 2017, estabelecendo um teto de gastos públicos para o Brasil.

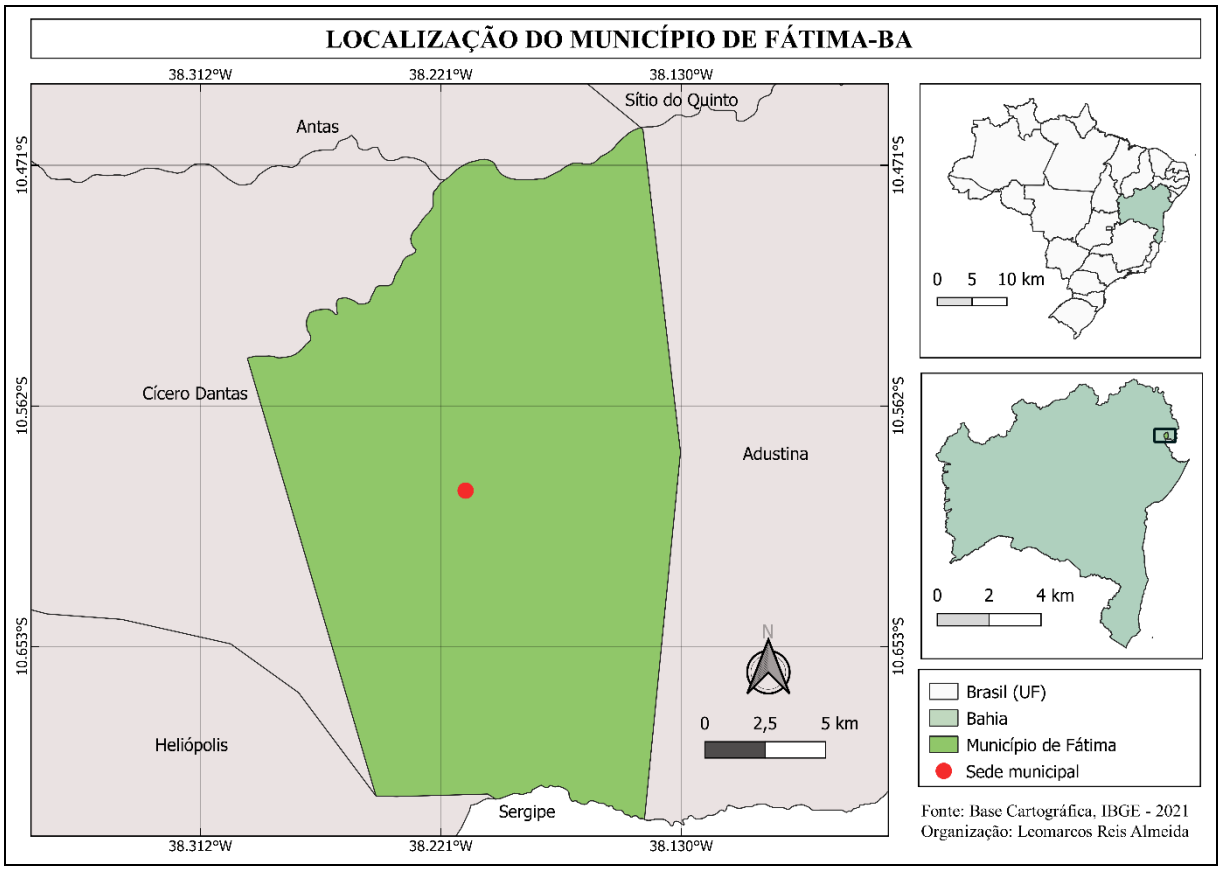
Como parte desse processo de priorização da agricultura capitalista, promoveu-se o desmonte de um conjunto de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura camponesa, uma importante força produtiva de alimentos que contribui decisivamente para a construção da segurança alimentar e nutricional do país, ofertando uma produção diversificada de alimentos a preços acessíveis à população mais pobre e abastecendo os estoques reguladores de alimentos.

A chegada da pandemia ao Brasil impôs uma série de medidas restritivas à circulação de pessoas. A condução de um governo neofascista, antidemocrático e antipopular (BOITO JR, 2021), negligenciou o combate à disseminação do vírus SARS-CoV-2, levando a resultados desastrosos como a morte de mais de 688[3] mil pessoas por contágio, prolongou a crise sanitária e aprofundou ainda mais a econômica, com a elevação das taxas de desemprego e da inflação, especialmente dos alimentos. Além disso, o governo foi omisso na adoção de medidas para enfrentar os efeitos da crise econômica, abandonando toda uma estrutura de proteção social, a exemplo de programas de transferência de renda e de programas de distribuição e estímulo à produção de alimentos pelos camponeses, incluindo o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Por efeito, os camponeses foram particularmente atingidos pela pandemia, e estiveram entre os grupos sociais em que a insegurança alimentar e nutricional se fez mais presente, principalmente devido às dificuldades de comercialização ou à perda de produção, agravadas pelo desmonte das políticas públicas. Desse modo, o presente artigo pretende explorar o avanço da insegurança alimentar e nutricional nos territórios camponeses no contexto de desmonte das políticas públicas, investigando a sua incidência entre os camponeses do Quilombo Serradinha, localizado no município de Fátima, Bahia (Mapa 1).

[3] Informação atualizada em 31/10/2022 pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS).

Mapa 1 – Mapa de localização do município de Fátima (BA), 2021.



Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. No que se refere à pesquisa documental, analisamos os relatórios do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (VIGISAN), publicados em 2020 e 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio da Tabela de Índices Básicos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (2013), e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio dos Censos Demográficos de 1991, 2000, 2010 e 2022, bem como, sobretudo, do Censo Agropecuário de 1995, 2006 e 2017, destacamos aspectos como a estrutura fundiária do município e a dinâmica da atividade agropecuária, considerando os estabelecimentos produtivos e a produção agropecuária.

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 12 e 23 de junho de 2023, com a aplicação de 20 (vinte) questionários socioeconômicos que abordaram aspectos como acesso à terra, abastecimento de água, benefícios sociais, renda familiar, produção agropecuária e produção para autoconsumo. Além disso, aplicamos formulários da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) junto aos camponeses da comunidade, visando à mensuração direta da (in)segurança alimentar.

O artigo está estruturado em três seções: agricultura frente às políticas neoliberais; desmonte das políticas públicas e ISAN no Brasil; insegurança alimentar e nutricional no Quilombo Serradinha. A primeira seção aborda a reestruturação da agricultura diante das políticas neoliberais, evidenciando como a lógica especulativa e o domínio das corporações sobre a agricultura contribuem para a inflação dos alimentos. Na segunda seção, discute-se o impacto do desmantelamento das políticas públicas após o golpe parlamentar de 2016 no Brasil, resultando em uma crise social e política, no fortalecimento do neoliberalismo e do agronegócio enquanto modelo hegemônico de produção agrícola. Por fim, a terceira seção trata dos reflexos dessa conjuntura de desmonte social, agravada pela pandemia, sobre a segurança alimentar e nutricional dos camponeses do Quilombo Serradinha.

2. AGRICULTURA FRENTE ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

A crise de 1970 destruiu as bases sobre as quais o fordismo se assentava, levando a uma reorientação do capitalismo a partir do neoliberalismo, submetendo os Estados ao sistema financeiro internacional (MASCARO, 2013). Hegemonizado pelo capital financeiro, o neoliberalismo caracteriza-se pela especulação em detrimento da produção, privatizações, rebaixamento das condições econômicas, com empobrecimento da população, desvalorização dos salários, aumento da inflação e desmonte dos serviços públicos (HARVEY, 2016; MASCARO, 2013).

Na agricultura, o neoliberalismo contribui para a abertura do setor agrícola à competição externa, através da redução das barreiras à importação (HARVEY, 2005), reestruturando a agricultura para atender ao mercado mundial, produzindo e exportando *commodities*. Tal processo é comandado pelas transnacionais, que controlam os processos de produção, distribuição e comercialização, cujos preços são definidos por meio da especulação em bolsas de mercadorias e futuro (OLIVEIRA, 2016). O Estado contribui com a mediação para a concessão de empréstimos bancários para o agronegócio financiar insumos industriais, apropriando-se do capital em forma financeira por meio de dívidas e dos bens naturais, via expansão da fronteira agrícola (MENDONÇA, 2013).

A lógica especulativa imposta aos alimentos colaborou para a crise no sistema agroalimentar (MCMICHAEL, 2016), resultando em financeirização e migração de fundos especulativos para os alimentos, contribuindo para o seu processo de inflação estrutural (RUBIO, 2015). Nesse contexto, o alimento é reduzido à condição de mercadoria, cujo processo inflacionário atende aos interesses das grandes empresas multinacionais.

Sob o domínio das grandes empresas, mesmo com o aumento da produtividade e formação de excedentes de safra, a fome continua a ser uma realidade para milhões de pessoas em todo o mundo. Estudo da Organização das Nações Unidas – ONU, realizado em 2021, demonstrou que, nesse mesmo ano, 828 milhões de pessoas encontravam-se em situação de insegurança alimentar no mundo. Portanto, o aumento da produtividade possibilitado pela tecnificação promovida pela revolução verde não foi suficiente para garantir o acesso à alimentação (MENDONÇA, 2013; OLIVEIRA, 2016).

O capital monopolista buscou, com a mundialização da agricultura, expandir a extração da renda da terra à escala mundial, aumentando o lucro das corporações. A mundialização do capitalismo monopolista e o neoliberalismo modificaram a agricultura capitalista, transformando a produção do campo em *commodity* para exportação, cujos preços são mundiais e regulados em bolsas de mercadorias e futuro, a exemplo da Bm&fBovespa. Com base nessa política, condenam-se os subsídios, o que enfraquece a agricultura camponesa e compromete os estoques públicos de alimentos, deixando a regulação do abastecimento alimentar sob o controle privado, privilegiando assim as grandes corporações (OLIVEIRA, 2016).

O agronegócio é a expressão desse processo de mundialização agrícola, sendo estruturado com o apoio do Estado, tendo em vista que no Brasil, ele se desenvolve a partir do aprofundamento das relações entre agricultura e indústria para atender ao mercado externo (DELGADO, 2010). Com isso, em virtude de sua suposta eficiência e produtividade, o agronegócio foi elevado à categoria de motor do desenvolvimento econômico do país (CONCEIÇÃO, 2013), não obstante, a realidade tem demonstrado que as políticas agrícolas em benefício do setor contribuem para o aumento do preço dos alimentos, da violência no campo e da destruição ambiental (MENDONÇA, 2013).

As medidas de estímulo ao agronegócio adotadas são justificadas com base na necessidade de contribuir para a alimentação da população brasileira, sendo necessário, portanto, adotar medidas de estímulo à produção. Porém, tal argumento não se sustenta, tendo em vista que, conforme Alentejano (2020), a produção de alimentos como arroz, feijão e mandioca não tem sido prioridade para o agronegócio, cuja produção é voltada para exportação ou produção de matérias-primas para a indústria.

Nesse contexto, nos últimos anos, o setor tem recebido cada vez mais estímulos do Estado, seja por meio de investimentos, incentivos fiscais e modificações na legislação ambiental, bem como facilitando a liberação de agrotóxicos e transgênicos para atender aos interesses do setor (ALENTEJANO, 2020, 2022; MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

3. DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E ISAN NO BRASIL

Conforme destaca Sabourin (2021), mudanças no panorama econômico e social, bem como fatores conjunturais, como o poder dos grupos econômicos nacionais e internacionais, são importantes para a compreensão do processo pelo qual o Brasil passou nos últimos anos. Desse modo, o desmonte das políticas públicas se contextualiza em uma agenda política autoritária implantada no país desde 2016 com o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT), e que levou o país a uma profunda crise social e política, reforçando as políticas neoliberais e fortalecendo o agronegócio como modelo hegemônico de produção agrícola (MITIDIERO JUNIOR; FELICIANO, 2018).

Essa agenda autoritária foi aprofundada com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, promovendo o desmonte do Estado em benefício do grande capital, especialmente do agronegócio, através de incentivos fiscais e financeiros (IZÁ PEREIRA; ORIGUÉLA; COCA, 2021), ao mesmo tempo em que se intensifica a retirada de direitos e os ataques aos movimentos sociais e a um conjunto de políticas públicas de estímulo à produção camponesa, fundamentais para a construção de estratégias que assegurem Segurança Alimentar e Nutricional - SAN à população brasileira (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020).

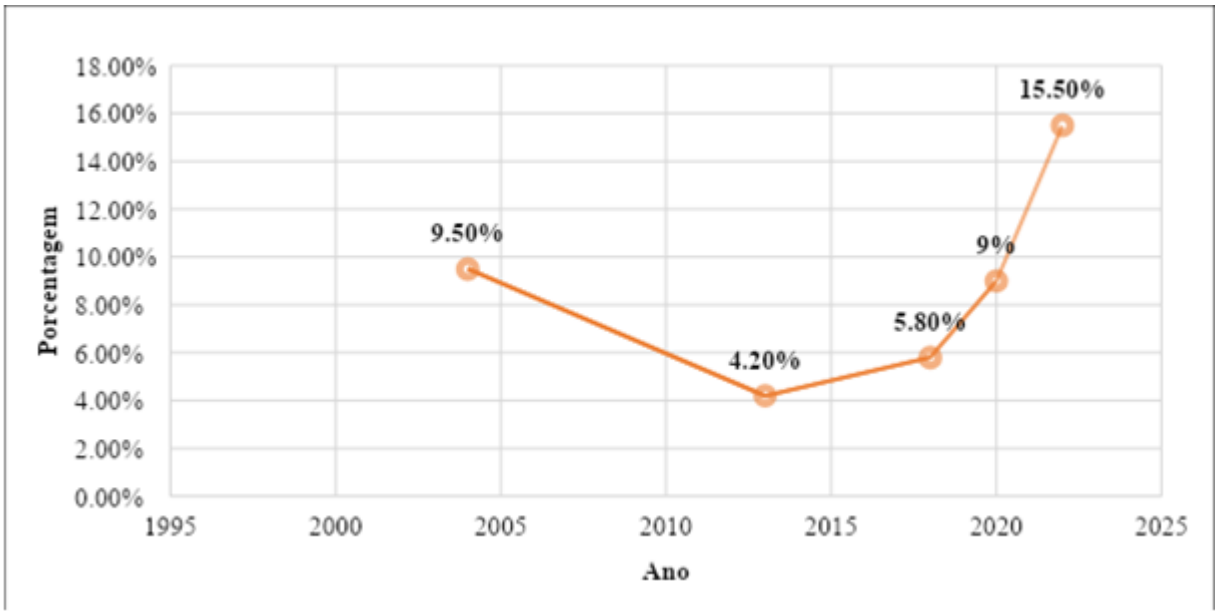
Assim, forma-se um cenário de desemprego, desmonte de políticas públicas e inflação generalizada dos alimentos, que teve como uma de suas consequências mais graves o crescimento da fome no Brasil. A inflação dos alimentos contribuiu decisivamente para aprofundar as desigualdades sociais, sendo agravada com a pandemia da COVID-19. Segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA 2021, a inflação dos gêneros alimentícios atingiu 21,39% no ano. Seguindo esse cenário, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE indicam que em abril de 2022, o custo da cesta básica comprometia em média 61% do salário-mínimo líquido.

O desmonte também significou a interdição de instâncias de participação da sociedade, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, que foi extinto pela MP 870/2019. Esse processo demonstra o abandono da política de estocagem pública, incluindo a privatização de armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Ao mesmo tempo, promoveu-se cortes nos recursos de programas importantes, responsáveis por garantir mercado institucional aos camponeses e estímulo à produção, a exemplo do PNAE e do PAA (MATTEI, 2018; SOUZA, 2018).

Em síntese, o neoliberalismo conduziu um verdadeiro desmonte da estrutura de Estado responsável pela condução da política de Segurança Alimentar e Nutricional do país, permitindo que a fome atingisse 15,5 % da população brasileira em 2021, o equivalente a mais de 33,1 milhões

de brasileiros, aumento de 162% em apenas 3 (três) anos (II VIGISAN, 2022). O crescimento da insegurança alimentar e nutricional foi registrado pelas pesquisas da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – Rede PENSSAN (2020 e 2022), possibilitando uma análise da situação de segurança alimentar da população brasileira no período entre 2004 e 2022 (gráfico 1).

Gráfico 1 - Incidência de fome no Brasil (2004-2022)



Fonte: VIGISAN (2020,2021). Elaborado pelo autor (2023)

De acordo com o relatório VIGISAN (2020), podemos identificar que houve um importante avanço da situação alimentar da população, uma vez que a insegurança alimentar grave (IA grave) caiu de 9,5% em 2004 para 4,2% em 2013, com 77,1% da população em segurança alimentar. Porém, em 2018 já se notava uma tendência de crescimento da fome no país, registrando 5,8% naquele ano. Essa tendência foi acelerada com os efeitos da pandemia da COVID-19. Em 2020, a insegurança alimentar grave já afetava 9% da população e, em 2022, alcançou 15,5%.

Nessa conjuntura, entende-se que o processo de desmantelamento das políticas sociais em virtude das medidas de austeridade significou, em essência, a negação do direito humano à alimentação adequada, consagrado na Constituição Federal em seu artigo 6º. Como nos lembra Castro (2001), a fome é um problema social, decorrente de escolhas políticas e econômicas. A histórica concentração de terras e de riquezas (ALTIERI & ROSSET, 2003) e a subserviência do Estado brasileiro aos interesses das multinacionais transformaram o Brasil em exportador de *commodities*, abandonando a perspectiva de uma produção com base na agricultura camponesa (CASTRO, 2001). Desse modo, a dissolução dos Estados nacionais em defesa do livre-comércio, propagado pelo neoliberalismo como modelo de política econômica, significa um ataque à soberania das nações (ACOSTA, 2010), e compromete a capacidade de assegurar o direito humano à alimentação saudável.

Por isso, a SAN dialoga com a soberania alimentar e com a necessidade de assegurar o direito humano à alimentação adequada, considerando que os povos devem ter a capacidade de formular políticas agrícolas e alimentares que garantam oferta, produção e acesso a alimentos de qualidade, preservando os recursos naturais (MALUF, 2009; GOMES JÚNIOR, 2015).

A concepção de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolveu-se na década de 1980, com base em propostas apresentadas por organizações científicas, movimentos sociais e partidos políticos, com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação. A SAN se contrapõe ao modelo tradicional de segurança alimentar, vinculado aos interesses das corporações internacionais (GOMES JÚNIOR, 2015), compreendendo a necessidade de compatibilizar as dimensões socioeconômica, de saúde e de nutrição. Assim, disponibilidade e qualidade são dimensões presentes nessa construção (MALUF, 2009).

Em termos conceituais, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda, em 2004, definiu que:

> Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (MALUF, 2009, p. 17).

Nesse entendimento, a SAN compreende a oferta e produção de alimentos de forma regular, o acesso permanente à alimentação de qualidade e segura, bem como o domínio real sobre a base genética (GOMES JÚNIOR, 2015). Assim, políticas públicas de incentivo à produção camponesa são fundamentais para assegurar uma produção diversificada, a distribuição dessa produção aos pontos distribuidores a preços acessíveis, contribuindo também para a formação de estoques “reguladores, estratégicos e de emergência”, sob o controle do Estado para que possam intervir no mercado em momentos de inflação e atender a políticas assistenciais.

Nesse sentido, o desmonte das políticas públicas de estímulo à produção de alimentos a partir da agricultura camponesa contribuiu decisivamente para o crescimento da fome no país. Além disso, o campesinato está inserido nesse processo de modo particular, tendo em vista que, apesar de produzir grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, foi um dos mais afetados pela insegurança alimentar e nutricional, de modo que 25,6% dos agricultores estavam em situação de insegurança alimentar em 2021.

4. INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO QUILOMBO SERRADINHA – FÁTIMA/BA

A insegurança alimentar e nutricional verificada no Quilombo Serradinha precisa ser contextualizada a partir dos diversos fatores que contribuíram para produzir esse quadro social. Inicialmente, demonstram-se as condições socioespaciais da comunidade com base nas questões levantadas por meio de questionário socioeconômico. Isso se justifica, pois, conforme destacam Gomes Júnior (2015) e Trivellato (2019), há uma diversidade de fatores que se complementam, interferindo na segurança alimentar e nutricional, como localização no espaço, trabalho, condições do espaço habitado, condições de saúde e acesso à educação. Nesse quesito, os resultados sobre escolaridade são indicativos dessa realidade socioeconômica da comunidade, já que apenas 15% dos entrevistados concluíram o Ensino Médio.

Essa é uma dimensão da negação da cidadania a essa população, reflexo de uma estrutura econômica concentradora e excludente, construída ao longo da história brasileira. Nossa formação social foi marcada pela escravidão e pelo latifúndio, o que alijou grande parte da população da condição de cidadão (CARVALHO, 2008; SANTOS, 2007), e impediu o acesso a direitos como o direito à terra, a alimentação saudável e acesso a serviços públicos como saúde, educação, lazer (WITTMAN, 2009).

De acordo com Maluf (2009), a água é reconhecida como um bem público e elemento de soberania, inscrita na Política Nacional de SAN como um recurso vital e um alimento essencial. Por essa razão, ações como o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva (Programa Cisternas), criado pela Lei 12.873/2013 são de grande importância para assegurar a todos o acesso permanente a água, tanto para consumo humano como para produção. Todavia, o programa também sofreu com corte de recursos, sendo construídas apenas 4.305 unidades em 2021, menor número desde 2003, muito inferior às 149.109 entregas realizadas em 2014, auge do programa (MADEIRO, 2022). Quanto ao acesso a esse recurso vital na comunidade, 30% (06) dos entrevistados declararam não possuir acesso ao abastecimento da rede pública, sendo necessário recorrer a vizinhos e parentes ou a tanques.

O acesso a programas sociais como o Bolsa Família e a aposentadoria rural exerce, sem dúvida, influência sobre a situação de (in) segurança alimentar e nutricional das famílias, e por esse motivo, deve ser analisado. Nesse sentido, destaca-se que 95% (19) dos camponeses são beneficiários de algum programa social, sendo 68,43% (13) do bolsa família, 26,31% (05) aposentadoria rural, e 5,26% (01) auxílio-doença.

É importante analisar também a renda, uma vez que, conforme destaca Maluf (2009), é um fator importante, pois entre os mais pobres, os custos com alimentação consomem a maior parte da renda. Desse modo, constatou-se que 45% (09) dos agricultores possuem renda familiar menor que

01 salário-mínimo, enquanto 55% (11) possuem renda entre 01 e 02 salários-mínimos. Ainda que a renda não seja preponderante para definir a situação de (in) segurança alimentar (Maluf, 2009; Trivellato et al, 2015; Corrêa, 2007), esse é um fator que não pode ser desconsiderado.

Quanto a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, trata-se de um instrumento desenvolvido a partir do indicador Cornell, formulado pela Universidade de Cornell (EUA) para estudar a fome de forma direta. Atualmente a Escala conta com 14 questões, sendo que, a cada questão respondida positivamente se atribui 01 (um) ponto (BRASIL, 2014).

As questões presentes na EBIA referem-se à alimentação da família nos últimos três meses, estabelecendo uma medição direta da insegurança alimentar (TRIVELLATO et al, 2015). Assim, se categoriza a insegurança alimentar em diferentes níveis, correspondendo a graus de acesso aos alimentos (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2015). O quadro abaixo traz um resumo dos diferentes níveis de (in)segurança alimentar a partir da pontuação verificada por meio das questões da EBIA.

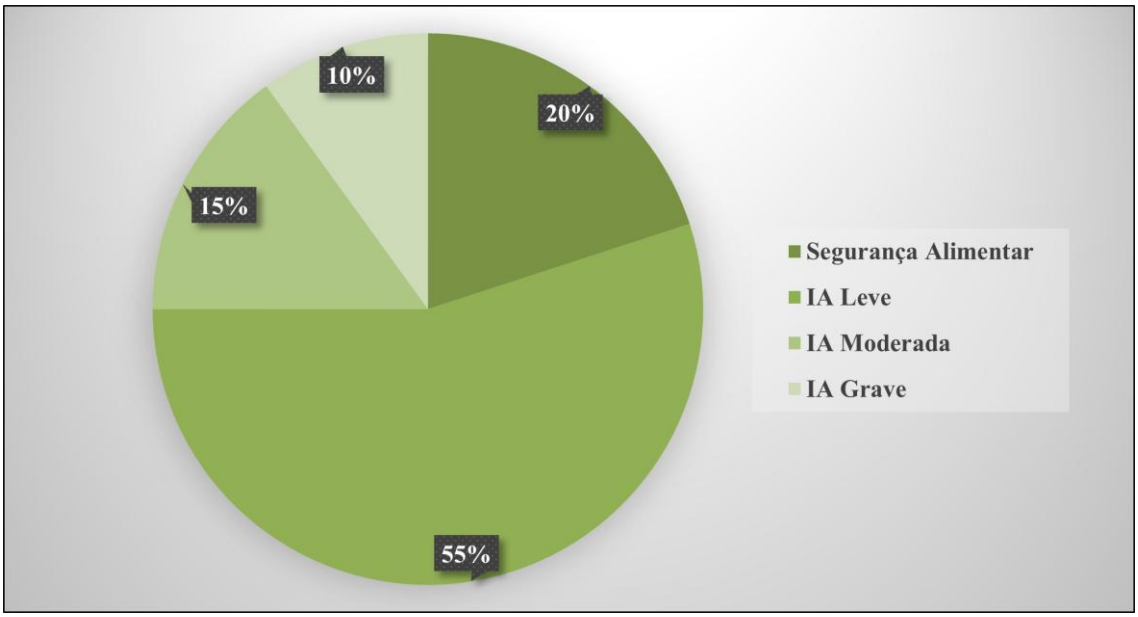
Quadro 1 - Escala Brasileira De Insegurança Alimentar (EBIA)

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar (SA)	0	0
Insegurança Alimentar Leve (IL)	1-5	1-3
Insegurança Alimentar Moderada (IM)	6-9	4-5
Insegurança Alimentar Grave (IG)	10-14	6-8

Fonte: Brasil, 2014.

Nesse contexto, conforme afirma Corrêa (2007), a insegurança alimentar e nutricional diz respeito a incerteza sobre o acesso a alimentação em um futuro próximo, mês ou semana, abordando também a falta de qualidade e quantidade adequadas dos alimentos. A partir dessa compreensão, identificamos uma forte insegurança alimentar e nutricional entre os camponeses do Quilombo Serradinha, alcançando 80% dos participantes. Desse total, 10% (02) estão em Insegurança Alimentar Grave (IG), evidenciando que a realidade apontada pelas pesquisas do VIGISAN ainda se faz presente entre os camponeses. Além disso, 55% (11) demonstraram incerteza quanto à capacidade para obter alimentos no futuro próximo, demarcando uma situação de Insegurança Alimentar Leve (IL); outros 15% (03) precisaram diminuir a quantidade de alimentos, comprometendo assim a qualidade nutricional, correspondendo a uma situação de Insegurança Alimentar Moderada (IM) (Gráfico 2).

Gráfico 02 - Insegurança Alimentar e Nutricional no Quilombo Serradinha – Fátima-BA, 2023



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

Embora a EBIA seja uma escala psicométrica, que avalia a percepção das pessoas em relação à insegurança alimentar, observamos que houve uma leve redução dos indicadores de insegurança alimentar e nutricional quando comparado com as pesquisas da Rende Penssan. Entende-se como fatores que contribuíram para esse resultado: a produção para o autoconsumo exercida pelos agricultores, o acesso a benefícios sociais como aposentadoria rural (26,31%) e bolsa família (68,43%).

A pesquisa de campo demonstrou que o acesso à terra na comunidade é precário, sendo que apenas 65% (13) dos agricultores possuem acesso. Desses, 76,92% (10) são proprietários, enquanto 15,38% (02) são cedidas por algum parente e 7,69% (01) dependem de arrendamento. Importante destacar também que são minifúndios, com área muito inferior ao módulo fiscal de 30 hectares, uma vez que 84,61% (11) das 13 unidades familiares possuem área de até 02 hectares, 7,69% (01) área de 03 hectares e 7,69% (01), 19 hectares.

Mesmo em minifúndios, 92% (12) dos camponeses praticam alguma atividade agrícola, seja plantando milho, feijão e hortaliças (66,6%), ou desenvolvendo a agricultura do milho e feijão, juntamente com a pecuária bovina, suína, caprina e ovina, conforme declararam 33,3% (04) dos agricultores. Destaca-se ainda a relevância da produção para o autoconsumo entre os camponeses, pois dos 12 que informaram desenvolver atividades agrícolas, 91,6% (11) destinam parte da produção para o consumo da família, salientando a sua contribuição para reduzir os custos com alimentação, ao liberar recursos da família para o atendimento de outras necessidades. Desse modo, segundo Grisa & Schneider (2008), a produção para o autoconsumo se reafirma como estratégica para a reprodução do campesinato, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das famílias.

Por conseguinte, entende-se que o enfrentamento da questão agrária assume papel central para a promoção de segurança alimentar e nutricional à população, garantindo acesso à terra, trabalho e crédito para que os camponeses possam produzir alimentos (Sant'ana & Brant, 2022). Nessa perspectiva, Canuto e Gorsdorf (2007) entendem o acesso à terra como um direito humano, compreendido como parte de um conjunto de garantias, como direito à vida, à dignidade da pessoa humana, ao território, à alimentação e à moradia.

A própria Constituição Federal determina que, "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (Artigo 68). Entretanto, o processo de titulação das terras quilombolas, realizado pelo INCRA, tem ocorrido lentamente. Vale salientar que o reconhecimento do direito à terra às comunidades quilombolas é um passo importante para a promoção da cidadania e preservação da cultura desses povos (DE ALMEIDA; NASCIMENTO, 2022). No caso do Quilombo Serradinha, houve o reconhecimento de comunidade remanescente de quilombo em 2016, porém o processo não avançou para a titulação de terras.

Nessa circunstância, é oportuno refletir que o racismo e a questão agrária são elementos estruturais e indissociáveis da sociedade brasileira, tendo em vista que a segregação da população negra na atualidade se explica pelo racismo que justificou a escravidão no Brasil e pela forma como a questão agrária foi enfrentada após a abolição, impondo a Lei de Terras de 1850 como uma medida preventiva para impedir que a população negra tivesse livre acesso à terra (GIRARDI, 2021). Sendo assim, conforme demonstram as pesquisas do VIGISAN, a população negra foi a mais atingida pela insegurança alimentar e nutricional, posto que, enquanto a IA grave entre brancos foi de 10,6%, esse índice alcançou 18,1% da população negra em 2021/2022.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatiza-se que o trabalho de campo no Quilombo Serradinha foi realizado entre os dias 12 e 23 de junho, portanto, já sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com um programa de reconstrução do país após anos de ataques às políticas sociais. Todavia, os esforços realizados para retomar políticas públicas importantes para o fortalecimento do campesinato ainda não surtiram os efeitos esperados, devido à profundidade da crise que atravessa o país.

Nesse período, o governo já havia retomado programas que são referência para o fortalecimento da política de Segurança Alimentar e Nutricional através da agricultura camponesa, a exemplo do Bolsa Família e do PAA, bem como o reajuste dos valores do PNAE, congelados desde 2017. Além disso, o próprio Consea, um espaço importante de participação da sociedade civil na gestão da política de SAN foi simbolicamente retomado no primeiro dia de governo.

Também merece destaque o maior volume de recursos destinados ao Plano Safra para agricultura camponesa, retomado após quatro anos congelados. Para o período 2023/2024 o governo destinou um volume de R$ 77,7 bilhões, montante 34% superior ao destinado no último ano. Contudo, apesar do maior volume de recursos destinado à agricultura camponesa, os valores ainda são muito inferiores ao que é destinado ao agronegócio, que recebeu R$ 364,22 bilhões para o mesmo período, demonstrando que apesar dos avanços, o agronegócio permanece como modelo hegemônico de produção agrícola, voltado para a exportação.

A realidade apresentada evidencia as contradições do modo de produção capitalista que impõe a fome àqueles que têm na produção de alimentos uma das principais estratégias de reprodução. As análises aqui apresentadas demonstram que a fome que aflige milhões de pessoas não resulta apenas de fatores conjunturais, mas de um modelo econômico concentrador e excludente, caracterizado pela concentração de terras, investimentos, tecnologia e riquezas. Essa conjunção de fatores estruturais e conjunturais nos ajuda a compreender a realidade de insegurança alimentar verificada no Quilombo Serradinha.

A permanência de um número tão elevado de quilombolas em situação de insegurança alimentar e nutricional (80%) reforça a gravidade da crise social vivida pela comunidade e evidencia como suas consequências comprometem as possibilidades de futuro do Quilombo Serradinha. Essa realidade afeta diretamente a permanência das famílias no território, fragiliza sua reprodução social e ameaça a continuidade de modos de vida historicamente construídos. A insegurança alimentar, nesse contexto, se materializa como expressão de um processo histórico de exclusão que ainda marginaliza os povos quilombolas e camponeses.

Diante do exposto, torna-se urgente uma resposta mais contundente e articulada do Estado no campo da segurança alimentar e nutricional. Isso implica não apenas o fortalecimento de políticas públicas compensatórias — como os programas de transferência de renda e de estímulo à produção camponesa —, mas também a implementação de ações estruturais voltadas à garantia do acesso à terra e aos meios de produção. Somente por meio da redução das desigualdades históricas e da promoção de condições dignas de vida será possível assegurar o desenvolvimento autônomo e sustentável das famílias do Quilombo Serradinha, garantindo seu direito de existir, produzir e transformar o território em que vivem.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. A modo de prólogo: soberanías, una propuesta plural. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (Org.) **Soberanías**. Universidad Politécnica Salesiana, 2010 (p.07-48).

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020. DOI:

10.5418/ra2020.v16i29.12434. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434. Acesso em: 04 abril. 2023.

ALTIERI, Miguel A.& ROSSET, Peter. Dez razões que explicam por que a biotecnologia não garantirá a segurança alimentar, nem protegerá o meio ambiente e nem reduzirá a pobreza no Terceiro Mundo. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003. (p.229-243)

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da informação. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Estudo técnico nº 01/2014. Brasília: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à fome, secretaria de Avaliação e Gestão da informação, 2014. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/. Acesso em 24 março 2023.

CANUTO, A.; GORSDORF, L. 2007. Direito humano à terra: a construção de um marco de resistência às violações. In: RECH, D. (coord.) **Direitos humanos no Brasil 2: diagnósticos e perspectivas.** Rio de Janeiro: Ceris; Mahuad.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. -10ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Série histórica de Estoques Públicos** / Companhia Nacional de Abastecimento. (2023). - Brasília: Conab, 2023

CORRÊA, A. M. S. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, *[S. l.]*, v. 21, n. 60, p. 143-154, 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10244. Acesso em: 25 março. 2023.

DE ALMEIDA, M.; NASCIMENTO, E. F. do. Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 945–958, 2022. DOI: 10.20435/inter.v23i4.3520. Disponível em: https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3520. Acesso em: 12 ago. 2023.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A questão agrária e a questão racial no Brasil. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, XIV., 2021, Online. **Anais** [...]. Online: Espaço Digital, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-xiv-enanpege. Acesso em: 5 set. 2023.

GOMES JÚNIOR, Newton Narciso. **Segurança Alimentar e nutricional e necessidades humanas**. – São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015. 199 p.; 23 cm.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008. 1806-9479. DOI: https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032008000200008. Disponível em: https://www.revistasober.org/. Acesso em: 25 abr. 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 26. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2016.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IZÁ PEREIRA, L.; ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E. L. de F. A POLÍTICA AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO: AS CONTRADIÇÕES ENTRE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO, O AVANÇO DA FOME E O ANTIAMBIENTALISMO / Agrarian policy in the Bolsonaro government: the contradictions between the expansion of agribusiness, the advance of hunger and anti-environmentalism / Política agraria en el gobierno de Bolsonaro: las contradicciones entre la expansión del agronegocio, el avance del hambre y el anti-ambientalismo. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 58, p. 8–27, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i58.8660. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8660. Acesso em: 03 fev. 2022.

MADEIRO, Carlos. **Caixa d'água do sertão: nº de cisternas é o menor desde 2003**. Notícias Uol. [S.l.]. Uol, 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br. Acesso em: 17 jul. 2023.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e nutricional**. 2.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política** – São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoal, PB, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018 1982-3878. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41318. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/index. Acesso em: 24 set. 2022.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução Sonia Midori. – 1. Ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de Golpe e a acumulação primitiva de capital. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoal, PB, v. V.12, n. 2, p. 220-246, 8 dez. 2018 1982-3878. DOI: https://doi.org/https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41315. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/issue/view/2846. Acesso em: 9 set. 2023.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil**, São Paulo, p. 2-35, set. 2021 978-65-87504-26-1. Disponível em: https://brasil.fes.de/#. Acesso em: 11 abr. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Lânde Editorial, 2016 (Projeto Editorial do Autor). Disponível em:

https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf. Acesso em 27 de novembro de 2021.

REDE-PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em julho de 2022.

REDE-PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/. Acesso em jan. de 2022.

RUBIO, Blanca. **El domínio del hambre. Crisis de hegemonia y alimentos**. México: Universidad Autónoma Chapingo/Colegio de Postgraduados/Universidad de Zacatecas/Juan Pablos Editor, 2015.

SABOURIN, Eric. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TERRITÓRIOS RURAIS, SISTEMAS ALIMENTARES, AGENDA 2030, 2021, Brasília. **Anais do Seminário Internacional Territórios Rurais, Sistemas Alimentares, Agenda 2030**. Editado por: SAUER, Sergio (ed.); VALENCIA PERAFAN, Mireya (ed.). Brasília: UNB [Universidade de Brasília], 2021, p. 1-15

SANT'ANA, R. S.; BRANT, N. L. C. Fome e questão agrária: um debate a partir da realidade brasileira. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 47 Out., p. 33–57, 2022. DOI: 10.14393/RCT174703. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/67156. Acesso em: 14 abr. 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão**. - 7. Ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176p.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, *[S. l.]*, v. 16, n. 29, p. 285–318, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12518. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12518. Acesso em: 10 abril. 2023.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1–19, 2015. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634782. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782. Acesso em: 24 março. 2023.

SOUZA, J. R. M. D. A política de aquisição de alimentos na mira do Golpe. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoal, PB, v. 12, n. 2, p. 664-677, 8 dev. 2018 1982-3878. DOI: https://doi.org/https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41335. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/index. Acesso em: 4 abr. 2023.

TRIVELLATO, Paula Torres *et al*. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro:. **Saúde e Ciência Coletiva**, São Paulo, mar. 2019 1678-4561. DOI: https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.05352017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/ . Acesso em: 30 mar. 2023.

WITTMAN, Hannah. Reframing agrarian citizenship: Land, life and power in Brazil. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 25, n. 01, p. 120-130, jan. 2009 1873-1392. DOI: https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2008.07.002. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/journal/journal-of-rural-studies. Acesso em: 6 mai. 2023.